

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.524 - MG (2019/0303562-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADOS** : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : FARLEY HENRIQUE PEREIRA SANCHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. RECONHECIMENTO DE FALTA GRAVE PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO QUANDO O APENADO É ABSOLVIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.  
Ordem denegada.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Farley Henrique Pereira Sancho**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Agravado em Execução Penal n. 1.0231.13.032444-6/ 003) - fl. 111:

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - FALTA GRAVE - ABSOLVIÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - IRRELEVÂNCIA - POSSIBILIDADE DE APURAÇÃO JUDICIAL - INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL - RECURSO PROVIDO.

A absolvição da falta na esfera administrativa não vincula o Juízo, uma vez que as esferas administrativa e judicial são independentes e autônomas entre si. Recurso provido.

Consta dos autos que o Juízo da Execução Penal indeferiu pedido do Ministério Público, de regressão cautelar de regime e realização de audiência de justificação de falta grave.

Irresignado o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o Tribunal *a quo*, que restou provido (fls. 107/115).

Daí o presente *writ*, em que a defesa sustenta que *o paciente no processo administrativo disciplinar foi absolvido quanto à suposta prática de falta grave. Sendo assim, não há falar em instauração de incidente processual para apuração de falta*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*grave, sob pena de inaceitável bis in idem (fl. 5).*

*Afirma que se o diretor do estabelecimento prisional, por intermédio de Conselho Disciplinar próprio, com atribuição específica para análise e julgamento das faltas disciplinares, não reconheceu a prática da aludida falta grave, tendo absolvido o paciente, prejudicada está à atuação do juiz da execução penal (fl. 6).*

*Requer, assim, a concessão da ordem para que seja mantida a decisão que absolveu o sentenciado do cometimento de suposta falta grave; e, com efeito não seja anotada falta grave no atestado de penas, com o consequente trancamento do incidente processual de apuração de falta grave (fl. 8).*

Liminar indeferida (fls. 121/123).

Informações prestadas (fls. 126/148), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela denegação da ordem (fls. 153/158).

É o relatório.

A insurgência não prospera.

Esta Corte entende que *uma vez provocado, pode o d. Juízo da Execução verificar a legalidade da decisão e a própria natureza da falta disciplinar, seja para afastar a falta grave, nos casos em que a conduta não se enquadra nas hipóteses taxativamente previstas nos arts. 50 e 52, ambos da Lei de Execução Penal, seja para reconhecê-la, quando constatado que a conduta praticada pelo detento está tipificada em referidos dispositivos, não estando vinculado, enfatize-se, à decisão do Diretor da Unidade Prisional ou do Conselho Disciplinar. Precedentes.* (AgRg no REsp 1.813.064/MG, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/8/2019).

Ainda nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. ABSOLVIÇÃO PELO CONSELHO DISCIPLINAR. RECONHECIMENTO DA FALTA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. É possível o controle judicial - pelo juízo da execução penal - sobre decisão

# Superior Tribunal de Justiça

de Conselho Disciplinar que, no uso de suas atribuições, concluiu pela absolvição da acusação de eventual falta disciplinar de natureza grave imputada a reeducando do sistema prisional. (HC n. 365.431/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 8/11/2016).

2. Havendo elementos para autorizar o controle judicial sobre decisão administrativa, cabe ao Juízo da execução fiscalizar/rever as decisões aplicadas em sede administrativa pelo Conselho Disciplinar.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 74.016/MG, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 13/6/2017).

Ante o exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.



Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator